

FICHA DE RATIFICAÇÃO DE DESPESAS POR INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA DE LICITAÇÃO

ORGANIZAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PROGRAMAS SOCIAIS

- Dispensa nº 001/FMDDCA/2021.

- Inexigibilidade nº

1 – ENQUADRAMENTO LEGAL: Inciso X do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

2 – CONTRATADO: Sra. **Marília Gabriela Santana de Oliveira**, regularmente inscrita no CPF/MF sob o n.º 057.025.764-62.

3 – OBJETO RESUMIDO: Locação do imóvel situado na **Rua Zélia Xavier da Silva, nº 07, Jardim Santo Inácio, Cabo de Santo Agostinho/PE, CEP: 54.515-480**, destinado ao funcionamento da **Recando do Adolescente**.

4 – VALOR CONTRATADO: O valor mensal do aluguel é de **RS 4.000,00 (quatro mil reais)**, perfazendo o valor total contratual de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

5 – MODALIDADE: Dispensável.

6 – CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 8.243.178.2.262.4153.

7 – NATUREZA DA DESPESA: 469-33.90.00.

8 – RAZÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO (Artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666/93):

A solicitação dar-se-á em virtude do Município necessitar firmar contrato de Locação de imóvel, no endereço supramencionado, destinado ao funcionamento da **Recando do Adolescente**, através da Dispensa nº 001/SMP/2021, com prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do Contrato. Com fito na documentação necessária apresentada tempestivamente para instrução do processo, e conforme o que preceitua o artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, o qual possibilita a locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, mediante avaliação prévia. Diante deste diapasão, constata-se a possibilidade jurídica de contratação por Dispensa de processo licitatório.

9 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO CONTRATADO (Artigo 26, inciso III, da Lei nº 8.666/93):

O preço contratado é compatível com o valor de mercado, segundo Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica, da lavra do Perito Avaliador Responsável, o **Sr. João Paulo Lins Gouveia Júnior**, regularmente inscrito no CREA sob o n.º 046880 - D, documento este como parte integrante do processo.

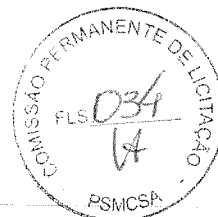
10 – PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA nº 064/2021: em anexo

Cabo de Santo Agostinho/PE, 30/04/2021.

11 – RATIFICAÇÃO PELA ORDENADORA DE DESPESAS / AUTORIDADE SUPERIOR:

Ratifica-se, de acordo com o artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c artigo 2º do Decreto Municipal nº 1.564 de 14 de junho de 2017, a presente despesa:

Cabo de Santo Agostinho/PE, 06/05/2021.



*Anne Maryelli de Oliveira*  
Anne Maryelli de Oliveira  
Advogada OAB 48.582 D

*A Galdino*  
Andrea Maria Galdino dos Santos  
Secretaria Municipal de Programas Sociais